



Município de Tabai Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI Nº 038/22

Autoriza contratação temporária, emergencial de excepcional interesse público e dá outras providências.

Art. 1º É o Prefeito Municipal autorizado a contratar, pelo prazo de 06 (seis), prorrogável por mais 6 (seis) meses, ou enquanto durar o afastamento do(a) servidor(a), em razão de excepcional interesse público, servidores em quantidade e funções a seguir discriminados:

§ 1º Ficam contratados o seguinte cargo discriminado no quadro abaixo:

Quantidade	Função	Padrão/Nível	Horas
1	Professor(a)	1	20

§ 2º Em caso de desligamento dos contratados por intermédio desta Lei, é facultada a contratação de novo servidor(a) em substituição ao mesmo, respeitado o mesmo período de vigência definido neste diploma legal.

Art. 2º A contratação do cargo de Professor(a) seguirá a ordem de classificação do Edital nº 15/2019, do Concurso Público nº 01/2018, ou, na ausência de candidato classificado interessado para ocupar contrato emergencial, seguirá a ordem classificatória em Processo Seletivo Simplificado, na forma da Lei nº. 1.002/2010.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabai, 29 de AGOSTO de 2022.


Arsenio Pereira Cardoso

Prefeito Municipal



Município de Tabaí

Estado do Rio Grande do Sul

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Sr. Presidente,

Srs. Vereadores.

O presente projeto de lei trata de contratação de Professor(a), nível 1, em caráter emergencial, em virtude de gozo de licença para tratar de interesse particular solicitado e concedido à servidora pública efetiva, Eva Alda dos Santos.

Vale ressaltar que para o cargo de professor há concurso vigente, conforme Edital de nº 15/2019, sendo que será adotada a ordem classificatória para o presente contrato, ou, na ausência de candidato classificado interessado para ocupar contrato emergencial, seguirá a ordem classificatória em Processo Seletivo Simplificado, na forma da Lei nº. 1.002/2010.

Outrossim, em se tratando de substituição de servidor em gozo de licença interesse, conforme parecer do **Controlador Interno, Edward Nunes Machry, as justificativas vindas do departamento de Pessoal contam que as contratações pretendidas efetivamente possuem caráter temporário, uma vez que destinadas a suprir a ausência de servidores ocupantes do cargo efetivo, ausentes em razão da concessão de licença interesse. (...) No particular, portanto, fica a RECOMENDAÇÃO de que a contratação emergencial não exceda o prazo de um ano, conforme prevê o art. 198, do Regime Jurídico Único de Tabaí, prazo este também recomendado pelas Cortes de Conta do país.**

Em persistindo a emergencialidade por prazo superior a um ano, o Controle Interno do Município sugeriu a contratação de novo servidor, notadamente quando plasmado o entendimento jurisprudencial de que as contratações, ainda que emergenciais, deverão ser permeadas pelos princípios da Impessoalidade e Moralidade, que regem a Administração.

Em seus julgados mais recentes, o TCE/RS passou a aceitar que o servidor afastado pode ser substituído por outro admitido por meio de contratação temporária. Vejamos:

(...) ainda que a concessão da chamada "licença interesse" esteja adstrita à conveniência do interesse público no regular funcionamento da Administração Pública, não se pode deixar de considerar a situação vivenciada pelos pequenos Municípios do Estado, os quais, na maioria das vezes, não possuem condições de adequar seu quadro funcional a fim de propiciar aos seus servidores os



Município de Tabai Estado do Rio Grande do Sul

afastamentos previstos na legislação local, circunstância que, na prática, acabaria inviabilizando totalmente e a qualquer tempo a concessão e gozo desses benefícios estatutários, sem contar que, no caso específico desta licença, o afastamento do titular se dá sem percepção de qualquer remuneração.¹

(...) Quanto às contratações temporárias analisadas no item 3.1, para os quais a equipe de auditoria propõe o registro de todos os atos, mas o Órgão Ministerial propõe a denegação daqueles que decorrem de licença interesse particular, Leis 826/2010, 860/2010 e 886/2010, bem como daquela decorrente da Lei 816/2010 que prevê a contratação de operador de máquina motoniveladora, acolho a proposição da equipe técnica. Ressalto meu posicionamento de que a licença interesse particular, sendo temporária, e não remunerada, pode ensejar a contratação temporária para substituição do servidor, o que já restou acolhido por esta Câmara nos Processos nºs 7041-0200/10-8, 8731- 0200/10-09 e 6636-0200/12-8 e pelo Tribunal Pleno no Processo².

Isto posto, contamos com a aprovação dos nobres Edis para o bom andamento da educação em nosso município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabai, 29 de agosto de 2022.

Arsenio Pereira Cardoso

Prefeito Municipal

¹ Processo Nº 006583-02.00/11-2, Exercício 2011, Julgado em 13/05/2014.

² Processo Nº 006053-02.00/11-6, Exercício 2009, Julgado em 31/01/2013.



Município de Tabai Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº 223/2021

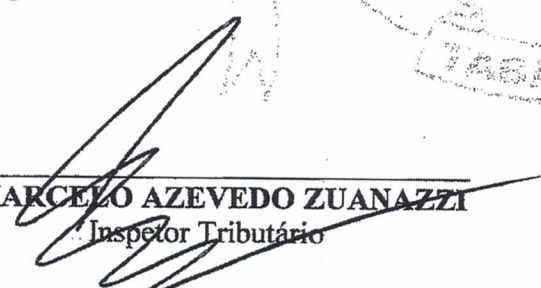
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR

ARSENIO PEREIRA CARDOSO, Prefeito Municipal de Tabai, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e atendendo os interesses Municipais, **CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**, a servidora **EVA ALDA DOS SANTOS**, ocupante do cargo de PROFESSORA, matrícula nº 71, pelo período de 2(dois) anos, a contar de 01 de setembro de 2021, de acordo com o artigo 111 da Lei Municipal nº. 830/09, de 05 de março de 2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TABAI, 01 DE SETEMBRO DE 2021.


ARSENIO PEREIRA CARDOSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado.


MARCELO AZEVEDO ZUANAZZI
Inspetor Tributário

Tabai, o povo faz o progresso

Endereço Rua Deputado Julio Redecker, 251 - Centro - Tabai - RS - Fone: 51-3614.0115 / 51-99952.9190

www.tabai.rs.gov.br

"Doe Sangue - Doe Órgãos, Salve uma vida"

Ilmo Prefeito
Sr. Arsenio Pereira Cardoso

REQUERIMENTO

Eu, Eva Alda dos Santos, CPF nº. 300.987.260-72, residente na BR 386 km 384 S/N, Faxinal dos Pacheco – Tabaí, servidora ocupante do cargo de Professora, nomeado através da Portaria nº. 122/98 de 09 de março de 1998, tomando posse na data de 10 de março de 1998, venho através deste pedir uma Licença para Tratar de Assuntos Particulares, pelo período de 2 anos, de acordo com o artigo 111, da Lei 830/09, a contar de 01 de setembro de 2021, solicito ainda permanecer pagando o IPE e Telefone junto a tesouraria mensalmente .

Neste termos:

Pede e espera deferimento.

Tabaí, 27 de agosto de 2021


Eva Alda dos Santos

PROTOCOLO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ
RECEBIDO EM 27.08.2021

ASSINATURA
Nº 0212-2021